

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO N^º , DE 2009 (Do Sr. Vitor Penido)

Requer a realização de Audiência Pública

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debate dos recentes aumentos, que muitos consideram abusivos, dos preços de produtos lácteos cobrados aos consumidores.

Sugiro que participem dessa Audiência Pública representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); e dos Sindicatos da Indústria de Laticínios e Derivados dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

A economia brasileira é de livre mercado. Este fato, entretanto, não pode servir de pretexto para que os segmentos mais fortes da cadeia produtiva utilizem seu poder de mercado para conseguir vantagens abusivas sobre o segmento mais frágil, o da produção.

A atual situação do mercado de lácteos ilustra bem as dificuldades a que nos referimos: quando a escassez de oferta provoca um aumento, por exemplo, de 10% nos preços aos produtores, os preços aos consumidores sobem 30%, 50%, 100% ou mais. Quando, ao contrário, um aumento da oferta provoca uma redução, digamos, de 20% nos preços aos produtores, os preços aos consumidores caem quase nada. Em outras palavras, o comportamento dos preços é assimétrico. Essa assimetria, longe de ser explicada pelas leis da oferta e da procura, só pode ser atribuída ao uso do poder econômico para obtenção de vantagens financeiras. A consequência, previsível, é a progressiva redução da participação do segmento da produção na renda da cadeia produtiva dos lácteos.

Semelhante comportamento da indústria e do comércio leva à maximização de ganhos no curto prazo. No entanto, só pode ser classificado de míope, pois, no longo prazo compromete a modernização da produção e conspira contra os próprios interesses da indústria, do comércio, dos consumidores e da economia nacional.

Indústria e comércio têm responsabilidade pelo desenvolvimento de toda a cadeia. Já que dependem da produção primária, deve-se perguntar-lhes que propostas têm a oferecer para o desenvolvimento harmônico do setor como um todo, tal como acontece em outros países em que se fazem presentes essas mesmas indústrias e redes de supermercados que aqui estão.

Sala da Comissão, em de

de 2009.

Deputado VITOR PENIDO